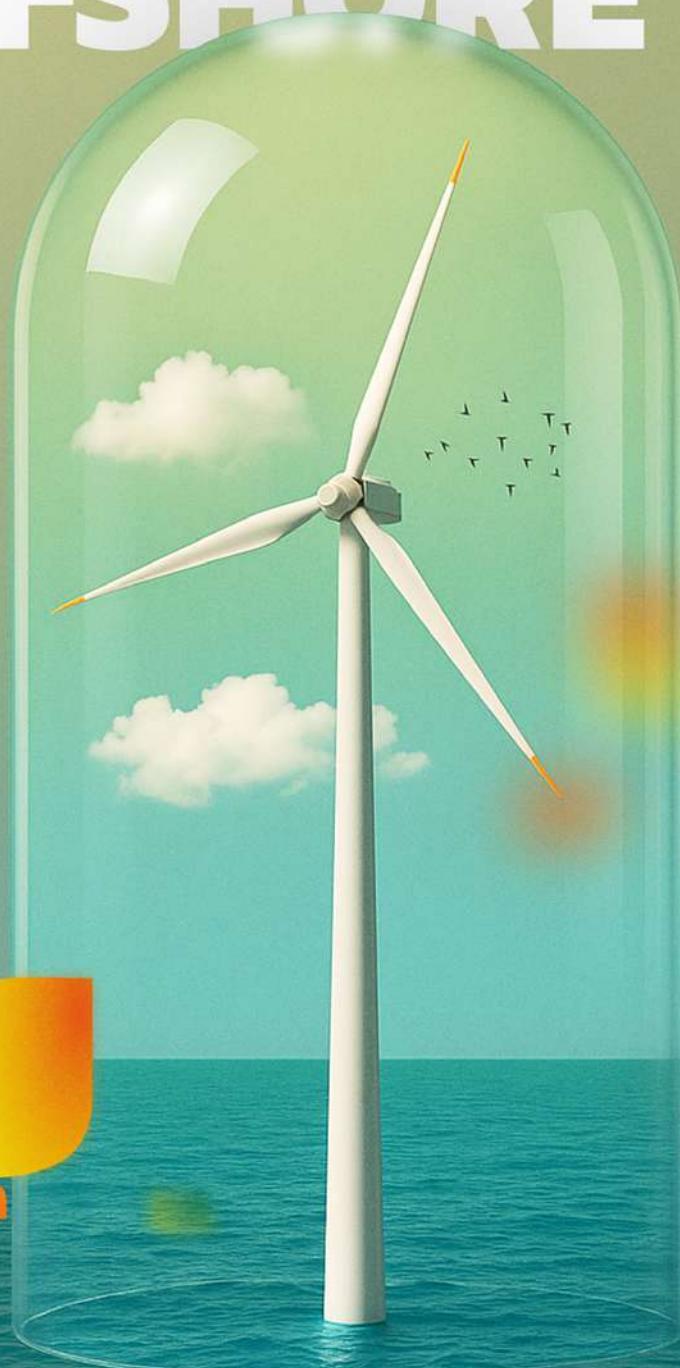


LEI DAS EÓLICAS OFFSHORE E O

Impacto
na Geração
Distribuída



A derrubada do
veto ao Artigo
23 impulsionará
as energias
renováveis e
abrirá novas
perspectivas
para o
setor solar.

ABGD NEWS

17ª Edição | 2025

ABGD
Associação Brasileira de Geração Distribuída

10
ANOS.



IMPULSIONANDO a geração distribuída no Brasil.

Em 2015, um grupo de visionários uniu forças para criar a ABGD, visando impulsionar a geração distribuída no Brasil. Hoje, nove anos depois, a ABGD é a maior associação do setor, representando os interesses de diversos players e contribuindo para a transformação do mercado energético.



Nossa missão

Liderar e impulsionar a transformação no setor de energias renováveis, promovendo a Geração Distribuída por meio de fontes limpas.



Nossa visão

Ser reconhecidos como a entidade líder que promove e defende os interesses das empresas de Geração Distribuída, impulsionando a adoção de fontes renováveis em todo o território nacional.

Juntos, construiremos um futuro mais sustentável!

ABRIL 2025

- 08** Derrubada do veto ao Artigo 23 da Lei das Eólicas Offshore
- 10** MME define prioridades regulatórias para o setor elétrico até 2027
- 12** Geração distribuída ultrapassa 5 milhões de unidades consumidoras no Brasil
- 13** Brasil tem matriz elétrica com maior uso de renováveis
- 15** ABGD em ação
- 18** Mulheres que transformam e inspiram
- 21** A consolidação do mercado brasileiro de geração distribuída
- 24** Valor Econômico e CBN lançam o projeto COP30 Amazônia
- 26** A energia como ponte para o futuro: a transição energética na Amazônia é o maior desafio ESG do Brasil
- 29** Excesso de geração faz distribuidoras autorizarem energia solar só à noite
- 31** Diego Andrade é eleito presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados
- 32** A Derrubada do VETO 03/2025 à Lei das Eólicas Offshore e sua contribuição para a geração de energia limpa
- 35** Geração Distribuída: Incentivo Justo, Benefício Coletivo
- 37** Cenários



Direção Executiva



Carlos Evangelista
Presidente



Carlos Felipe
Vice-Presidente
AEVO SOLAR



Zilda Costa
Vice-Presidente
UCB-Unicoba



Sydney Ipiranga
Diretor Técnico
Solar Plus Brasil



Rogério Duarte
Diretor Financeiro
M.O.E

Diretores Fiscais

Carlos Beniano
SSM

Frederico Boschin
Noale

Conselho Deliberativo

 AURELIO SOUZA VP de Energia & Inovação	 DANIEL M. FREITAS CEO	 PAULO DE MEIRA LINS CEO
 JACKSON CHIROLLO CEO	 JOÃO NEVES Sócio e Conselheiro	 RODRIGO H. N. LEITE CEO
 ANDREW F. STORFER CEO	 DANIEL SICA Diretor Comercial	 SURYA MENDONÇA CEO
 ANA CARLA PETTI Diretora de Assuntos Regulatórios e Institucionais	 LUIZ F. VIANNA Diretor	 SAULO ALVES Diretor
 FREDERICO ARAUJO Sócio-Diretor	 JOSÉ DA COSTA Diretor	 OTAVIO SEGATTO Sócio-Diretor

Conselho Consultivo

 BRUNO MENEZES CEO	 RAPHAEL ROQUE Diretor Jurídico	 RAFAEL BRASILIENSE Diretor
 RÔMULO FEIJÃO Diretor	 JOSÉ W. MARANGON Socio	 EINAR TRIBUCI Sócio
 TARCÍSIO NEVES CEO	 CHRISTINO ÁUREO Sócio	 CLAUDIO DE CATALDO Senior Director
 ÉRIKA YOSHIMA Cargo	 PIERRE-YVES MOURGUE CEO E Dir. Des. Negócios	 RODRIGO MARCOLINO Diretor
 LUCAS CORBELLINI Chief of Staff	 DANIEL FEROLLA CFO	 RAFAEL CAMPION Diretor Comercial
	 ANDRÉ SALLUM DE MENDONÇA Diretor de Operações	

Comitês Temáticos



ANA CARLA PETTI
COMERC
Tributário & Regulatório



CHRISTINO ÁUREO
ATUA ENERGIA
Relação Institucional e
Governamental



CLARISSA ZOMER
AES
BiPV



SILLA MOTA
DONNA LAMPARINA
Conselho Empresarial



JOÃO B. SANCHES
TRINITY
Comercialização



AURÉLIO SOUZA
NSI
Relações Internacionais



EDUARDO LOPES
INOXPAR
Indústria



ZILDA COSTA
UCB
Storage



FLÁVIO WACHOLSKI
TERA ENERGIA
Conselhos CREA/CONFEA



TBD
Treinamento & Capacitação

Diretores Regionais



PAULO MORAIS
Rio Grande do Norte



RAQUEL ROCHA
Alagoas



PATRYKSON SANTOS
Maranhão



CARLOS CUNHA
Goiás



GUSTAVO GREBLER
Minas Gerais



SYDNEY IPIRANGA
Ceará



VINÍCIUS AYRÃO
Rio de Janeiro



JOSÉ JOÃO
Espírito Santo



RAPHAEL VALE
Pará



TIAGO CASSOL
Rio Grande do Sul



FERNANDO OLIVEIRA
Tocantins



Expediente:

Presidente da ABGD
Carlos Evangelista

Gerente de Marketing
Jessica Soares

Produção, Arte e Diagramação
Go&Grow
Jordan Portes
Larissa Costa
Pedro Porte

Assessoria de comunicação
Gilson Moreira Ana Acocella

Gerenciamento e Aprovação
Jéssica Soares

Realização
go&grow!
COMUNICAÇÃO PARA CRIANÇAS

Derrubada do veto ao Artigo 23 da Lei das Eólicas Offshore

Derrubada do veto ao Artigo 23 da Lei das Eólicas Offshore: Um Passo Crucial para as Energias Renováveis. Recentemente, o debate em torno da lei que regulamentou as energias eólicas offshore tomou um novo rumo, trazendo consigo uma mudança significativa que pode impactar diretamente o setor de energia solar no Brasil.

Hoje, a ABGD (Associação Brasileira de Geração Distribuída) destaca a importância dessa alteração e o que isso significa para os empreendedores do setor. O Que Está em Jogo? Imagine que você está montando um quebra-cabeça e, de repente, percebe que falta uma peça crucial. É assim que muitos no setor de energia se sentem em relação à legislação atual. O projeto de lei trazia um aspecto pouco conhecido mas muito importante e que foi vetado: a proposta de extensão do prazo para a conexão de sistemas de energia solar à rede elétrica das distribuidoras. De acordo com a legislação vigente, aqueles que já assinaram contratos para utilizar a rede têm um prazo de apenas 12 meses para efetuar essa conexão.

No entanto, diversos projetos estão paralisados devido a fatores que

fogem ao controle dos empreendedores, como:

- Atrasos por parte das distribuidoras na liberação das conexões.
- Delays nas licenças ambientais necessárias para a implementação dos projetos.
- Burocracia excessiva que não apresenta prazos claros para resolução. Esses obstáculos não apenas afetam a eficácia dos empreendimentos, mas potencialmente induzem os empresários a ingressar com ações judiciais em face às distribuidoras, resultando em mais incertezas e custos desnecessários para todos, e pior, menos investimentos e empregos para o Brasil.

A Proposta de Mudança A proposta contida é simples

e direta: aumentar o prazo para a conexão de sistemas de 12 para 24 meses. Essa extensão não implica em custos adicionais para ninguém; na verdade, trata-se de uma medida que visa evitar perdas significativas para todos e permitir que projetos já aprovados sejam finalizados. Se os projetos forem desconectados ou não



puderem ser implementados dentro do prazo atual, bilhões de reais em investimentos poderão ser perdidos, juntamente com a oportunidade de gerar energia limpa e renovável, que é fundamental para o futuro energético do Brasil.

O Papel da ABGD na Transição Energética
A ABGD desempenha um papel de extrema importância na promoção da geração distribuída e na defesa dos interesses dos pequenos e médios geradores de energia renovável. Desde sua fundação, a associação tem se empenhado em articular políticas favoráveis, fomentando um ambiente regulatório que favoreça a expansão das energias renováveis no Brasil.

Por meio de diversas iniciativas, a ABGD tem trabalhado incansavelmente para aumentar a conscientização sobre os benefícios da Geração Distribuída, auxiliar na desmistificação de mitos acerca das fontes renováveis e garantir que as preocupações dos empreendedores sejam ouvidas nos fóruns decisórios. Seu esforço constante para facilitar o acesso a informações, capacitações e apoio legal tem sido crucial para o crescimento do setor de GD no país. Conclusão: Uma Chamada à Ação Compreender todos os aspectos desse quebra-cabeça é crucial para o avanço da energia solar e GD - Geração Distribuída no Brasil. É hora de fortalecer o apoio a essa proposta, garantindo que a GD continue a crescer e a proporcionar benefícios tanto



para os investidores quanto para a sociedade como um todo. Compartilhe esta mensagem e ajude a promover uma energia mais limpa e acessível para todos no Brasil.





MME define prioridades regulatórias para o setor elétrico até 2027

Entre os destaques, estão a reavaliação da metodologia de GF (Garantias Físicas) para fontes renováveis e a revisão dos modelos de formação de preço

O MME (Ministério de Minas e Energia) publicou, na última sexta-feira (21), a Portaria nº 829 no DOU (Diário Oficial da União), estabelecendo sua agenda regulatória para o período de 2025 a 2027.

O documento define as prioridades do governo para o setor elétrico nos próximos três anos, abrangendo temas como formação de preços, antecipação de usinas, digitalização das redes de distribuição e revisão de garantias físicas.

Entre os destaques, estão a reavaliação da metodologia de GF (Garantias Físicas) para fontes renováveis, a otimização do despacho de usinas inflexíveis, o aprimoramento da exportação de energia e novas diretrizes para lidar com situações emergenciais no suprimento elétrico.

Principais temas da agenda regulatória do MME:

Revisão das Garantias Físicas (2025)

Reavaliação do cálculo das garantias físicas para usinas eólicas, solares fotovoltaicas e hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

Gestão de Emergências (2025)

Proposta de portaria para estabelecer procedimentos em casos de restrição ou suspensão do fornecimento de energia elétrica, conforme orientações do CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico).

Uso Múltiplo das Águas (2025)

Regulamentação das responsabilidades de aquicultores e concessionárias de geração hidrelétrica no uso dos reservatórios de usinas localizadas em águas da União.

Garantia de Suprimento (2025)

Resolução do CMSE para definir um Plano de Ação sobre a transparência das deliberações relacionadas à geração por garantia de suprimento, em conformidade com o Acórdão nº 922/2023 do TCU.

Modelos Computacionais e Aversão ao Risco (2025)

Definição de critérios, prazos e ritos para ajustes no nível de aversão ao risco dos modelos computacionais utilizados no setor elétrico.

Antecipação da Entrada em Operação Comercial (2025)

Diretrizes para antecipação da operação de usinas contratadas no Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2025, conforme estabelecido na Portaria MME nº 96/2024.

Otimização do Uso de Usinas Inflexíveis (2025)

Revisão das diretrizes para o despacho de usinas termelétricas inflexíveis no SIN (Sistema Interligado Nacional), considerando cenários de excedente energético.

Exportação de Energia (2025)

Aprimoramento das regras estabelecidas pela Portaria Normativa GM/MME nº 86/2024, que trata da exportação de energia elétrica interruptível sem devolução, proveniente de usinas térmicas contratadas na modalidade de energia de reserva.

Digitalização das Redes de Distribuição (2025)

Proposta de portaria para incentivar a modernização das redes de distribuição e a digitalização dos equipamentos de medição, em conformidade com o Decreto nº 12.068/2024, que trata da prorrogação das concessões.

A agenda regulatória do MME estabelece diretrizes que poderão impactar o planejamento da expansão, a operação do sistema e a comercialização de energia elétrica nos próximos anos. As medidas propostas passarão por novas análises e regulamentações, envolvendo a participação de agentes do setor e entidades reguladoras, como a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e o ONS.

Com a priorização desses temas, o governo busca aumentar a segurança energética, modernizar a gestão do setor elétrico e fortalecer a previsibilidade regulatória, elementos essenciais para atrair novos investimentos e garantir a estabilidade do suprimento elétrico no país.



Geração distribuída ultrapassa 5 milhões de unidades consumidoras no Brasil

No primeiro bimestre, mais de 195 mil unidades consumidoras passaram a se beneficiar da modalidade no país

O Brasil ultrapassou a marca de 5 milhões de UCs (unidades consumidoras) no segmento de GD (geração distribuída), segundo dados divulgados pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) nesta segunda-feira (17).

Atualmente, a potência instalada pela modalidade já ultrapassa 37,6 GW, com mais de 3,3 milhões de sistemas conectados à rede de distribuição das concessionárias em todo o país. A energia solar domina o setor, representando mais de 99% das conexões existentes.

Os consumidores residenciais são os principais responsáveis pela adoção da geração distribuída, respondendo por 80% das usinas em operação (2,7 milhões de unidades). Já o setor comercial representa 10% das instalações (333,4 mil unidades), enquanto que a classe rural corresponde por 9% (287,4 mil unidades).

Primeiro bimestre do ano

Os consumidores residenciais são os principais responsáveis pela adoção da geração distribuída, respondendo por 80% das usinas em operação (2,7 milhões de unidades). Já o setor comercial representa 10% das instalações (333,4 mil unidades), enquanto que a classe rural corresponde por 9% (287,4 mil unidades).

Nos dois primeiros meses do ano, mais de 195 mil unidades consumidoras passaram a se beneficiar da geração distribuída – que somou 128,2 mil novas instalações no período, totalizando um crescimento de 1,4 GW na potência instalada.

Somente em fevereiro, foram 614 MW adicionados por meio de 59 mil novas plantas, sendo quase todas solares, com exceção de duas usinas eólicas.

Entre os estados, São Paulo liderou a expansão no bimestre, tanto em número de sistemas instalados quanto em potência adicionada, com 21.743 novas usinas e 192 MW conectados à rede.

Goiás foi o segundo em expansão de potência em janeiro e fevereiro, com 150 MW, seguido de Minas Gerais, com 143 MW. Em quantidade de instalações, Minas ficou em segundo lugar, com 11.967 novas usinas, seguida pelo Mato Grosso, com 10.136 instalações.

Brasil tem matriz elétrica com maior uso de renováveis

País lidera ranking entre as principais economias do mundo por 23 pontos percentuais na participação de fontes não fósseis

O Brasil tem a matriz elétrica com o maior uso de fontes renováveis entre as principais economias do mundo. O país tem 89% de sua energia sendo produzida por empreendimentos que não utilizam combustíveis fósseis, o que representa uma vantagem de 23 pontos percentuais ante o 2º colocado da lista, o Canadá (66%).

A principal fonte de produção de energia elétrica no Brasil é a hidrelétrica. Essas usinas foram responsáveis por 61% de toda energia consumida no país em 2024. Em comparação ao ano passado, a participação das hidrelétricas na matriz brasileira cresceu 1 ponto percentual.

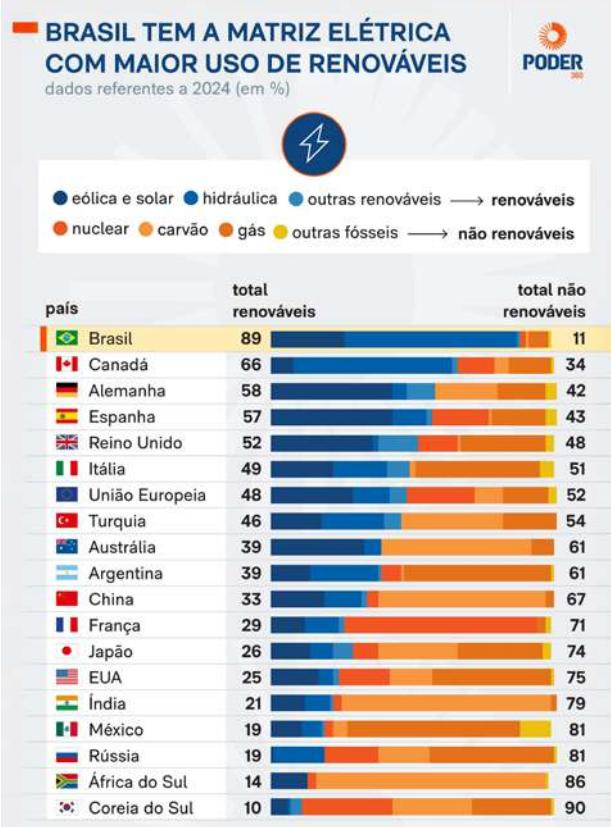
As fontes solar ou eólica foram as que mais cresceram na comparação com 2023. Passaram de 21% no ano anterior para 28% em 2024 – crescimento de 7 pontos percentuais. Apesar disso, a participação das renováveis no geral permaneceu a mesma de 2023.

O crescimento das hidrelétricas, dos painéis solares e das torres eólicas veio às custas de outras fontes renováveis como a bionergia (energia obtida a partir de matéria orgânica). Em 2023 as demais fontes renováveis representavam 8% da matriz elétrica e foi reduzida a menos de 1 ponto percentual no ano passado.

Do lado das fontes fósseis, que correspondem a 11% da matriz elétrica, o gás natural teve um crescimento de 2 pontos percentuais



na comparação ano a ano –de 5% para 7%–, enquanto outro destaque foi o carvão, que reduziu sua participação pela metade –de 2% para 1%.



RENOVÁVEIS AUMENTAM PRESENÇA NO PLANETA.

No panorama geral, a maioria das principais economias globais aumentaram a participação de fontes renováveis em suas matrizes elétricas. O Japão foi o país que apresentou o maior crescimento no período com um avanço de 7 pontos percentuais ante 2023. O país asiático avançou em 4 pontos percentuais a participação de energia eólica e solar, 1 em hidráulica e 3 em outras fontes renováveis.

Entre as maiores economias, apenas o Canadá e o México diminuíram sua fatia de renováveis em 1 e 3 pontos percentuais, respectivamente. As fontes eólica e solar foram as que mais aumentaram sua participação na matriz elétrica das grandes economias. Na Alemanha, no Reino Unido e na Espanha, as duas fontes intermitentes somadas já são a principal origem da geração elétrica.

Em 2023, apenas Brasil, Canadá e Alemanha tinham mais de 50% de fontes renováveis em suas matrizes elétricas. Em 2024, a Espanha e o Reino Unido entraram para esse grupo.

Apesar do avanço global, as duas superpotências globais –EUA e China– ainda mantêm a maior parte de sua produção de energia elétrica em fontes não renováveis. Os norte-americanos ainda têm no gás sua principal fonte geradora, ao passo que na China o carvão é dominante.



A ABGD esteve reunida com Mariana Especie, Assessora Especial do Ministério de Minas e Energia, e a equipe do MME, em um encontro focado na COP 30. Na ocasião, apresentamos as contribuições da Geração Distribuída e as iniciativas da ABGD para acelerar a transição energética no Brasil. O diálogo reforça nosso compromisso com uma matriz mais limpa e eficiente, em sintonia com as metas globais de sustentabilidade.



ABGD discute COP 30 em reunião com o MME

A ABGD esteve reunida com Mariana Especie, Assessora Especial do Ministério de Minas e Energia, e a equipe do MME, em um encontro focado na COP 30. Na ocasião, apresentamos as contribuições da Geração Distribuída e as iniciativas da ABGD para acelerar a transição energética no Brasil. O diálogo reforça nosso compromisso com uma matriz mais limpa e eficiente, em sintonia com as metas globais de sustentabilidade.

Reunião com o MME sobre Curtailment e Operação do Sistema Elétrico

A ABGD esteve presente em uma importante reunião com a Secretaria Nacional de Energia Elétrica do MME para discutir o curtailment e os desafios da operação do sistema elétrico. Na ocasião, reforçamos que a Geração Distribuída pode ser aliada do sistema, contribuindo com soluções técnicas e econômicas para uma matriz mais equilibrada. A ABGD segue à disposição para colaborar com o governo, o setor elétrico e a sociedade na construção de um futuro energético mais seguro e sustentável.



ABGD no Conselho da CNI

Pela primeira vez, a ABGD integrou a reunião da Confederação Nacional da Indústria (CNI) como membro oficial do conselho. Representada pelo presidente executivo Carlos Evangelista, a entidade contribuiu para debates estratégicos sobre o setor industrial, transição energética e desenvolvimento sustentável. O encontro reuniu lideranças nacionais e reforçou o compromisso da ABGD com um futuro mais competitivo, inovador e alinhado às metas ambientais do país.



ABGD no 1º Simpósio sobre MMGD

A ABGD participou do 1º Simpósio Setorial sobre os Desafios e Oportunidades da Micro e Minigeração Distribuída, promovido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Representada por Carlos Evangelista e José Marangon, a entidade contribuiu para debates sobre os impactos da Resolução CNPE nº 2/2024 e o futuro da geração distribuída no Brasil. O evento reforçou o papel da ABGD na construção de um setor elétrico mais moderno, justo e sustentável.

ABGD em Brasília: articulação política para fortalecer a Geração Distribuída

A ABGD esteve em Brasília para uma série de reuniões estratégicas com parlamentares que atuam diretamente nas decisões sobre a política energética nacional. O objetivo foi apresentar as prioridades da Geração Distribuída (GD), reforçar a importância de um ambiente regulatório estável e discutir caminhos para o avanço das fontes renováveis no Brasil. Os encontros reafirmam o papel da ABGD como ponte entre o setor e os tomadores de decisão, contribuindo para uma matriz mais limpa, moderna e acessível.



Senador Jorge Seif (PL/SC)

A agenda com o senador Jorge Seif, 1º vice-líder do PL no Senado, foi marcada por um diálogo sobre propostas que impactam diretamente o setor de GD. A ABGD destacou a importância da segurança jurídica e de um ambiente regulatório que favoreça os investimentos em energias renováveis.

Deputado Benes Leocádio (UNIÃO/RN)

Na reunião com o deputado Benes Leocádio, membro da Comissão de Minas e Energia da Câmara, foram abordados os desafios enfrentados especialmente pela região Nordeste – um dos polos mais promissores para a expansão da energia solar e eólica no país.





Deputado João Carlos Bacelar (PL/BA)

Com foco na previsibilidade para investidores e operadores do setor, o encontro com o deputado João Carlos Bacelar reforçou a necessidade de políticas públicas que garantam estabilidade e segurança para o crescimento sustentável da Geração Distribuída.

Deputado Zé Vitor (PL/MG)

Fechando a agenda, o encontro com o deputado Zé Vitor, vice-presidente de Infraestrutura Energética da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia, tratou de estratégias para ampliar a participação da GD na matriz energética e impulsionar políticas de incentivo às fontes limpas.



A ABGD segue firme em sua missão de representar os interesses do setor, promovendo o diálogo com lideranças políticas e contribuindo para a construção de um futuro energético mais sustentável para o Brasil.

#^{GD}_E CLIQUE

Você já conhece os
nossos E-books sobre
Geração Distribuída?

Visite o nosso site e descubra conteúdos
completos e totalmente gratuitos!

www.abgd.com.br



Mulheres que transformam e inspiram!

Neste mês em que se reforça a importância da valorização das mulheres na sociedade, a ABGD destaca profissionais que contribuem ativamente para um setor energético mais eficiente, inovador e diverso. A presença feminina na Geração Distribuída cresce e ocupa posições cada vez mais estratégicas. Na ABGD, essas mulheres exercem papel fundamental no fortalecimento do setor, com excelência em diversas frentes: técnica, institucional, regulatória, educacional, de mercado e de governança. Esta seção homenageia profissionais que, com trajetórias inspiradoras, constroem um futuro mais sustentável, justo e diverso.



Zilda Costa – Vice-presidente da ABGD

Com mais de 30 anos de experiência na implantação de projetos voltados à eficiência operacional com foco em sustentabilidade e transição energética, Zilda Costa é administradora de empresas com MBA em Administração e Gestão de Negócios. Atua como diretora de Alianças Estratégicas da UCB Power, líder em armazenamento de energia com tecnologia nacional, e integra a Comissão CIEAM de Transição Energética como coordenadora suplente.

Ana Clara Petti – Conselheira oficial da ABGD

Com mais de 20 anos de experiência em gestão estratégica de operações e energia, Ana Clara é especialista em contratação e negociação de insumos energéticos. Possui vivência em projetos de geração heliotérmica, gasodutos, planejamento estratégico, BI e transformação digital, sempre com foco em eficiência, regulação e otimização de resultados.



Thais Machado – Executiva de Relações Institucionais e Governamentais da ABGD

Especialista em negociações com o setor público, Thais Machado acumula 14 anos de experiência em articulação institucional, com atuação nos setores de energia, mobilidade urbana, inovação e cidades inteligentes. Desenvolve parcerias estratégicas e fortalece a imagem institucional da ABGD, com ênfase em metodologias ágeis e gestão de resultados.



Raquel Rocha – Diretora e Especialista Regulatório-Tributária da ABGD

Com quase duas décadas de experiência no setor de energia renovável, Raquel Rocha estruturou mais de 100 projetos de GD. Advogada e gestora, atua com recursos federais, compliance, mediação institucional e atendimento a milhares de pessoas. Lidera iniciativas voltadas às mulheres no setor, com impacto direto em mais de 700 profissionais.



Silla Motta – Coordenadora de Conexão Empresarial da ABGD

Com 28 anos no setor elétrico, Silla Motta participou de marcos históricos da comercialização de energia. Atuou em grandes grupos como AES Eletropaulo, CPFL, Energisa e Endesa, além de apoiar a estruturação de comercializadoras como Mérito Energia, BID Energy e Migratio. É referência nacional em implantação e gestão de comercializadoras.

Clarissa Zomer – Diretora de BIPV da ABGD

Arquiteta e pesquisadora, Clarissa Zomer alia arquitetura à energia solar fotovoltaica. Com formação pela UFSC e experiência internacional, atua com integração de sistemas fotovoltaicos a edificações. É professora universitária, fundadora da Integre Sustentabilidade e diretora da Garantia Solar. Desde 2022, exerce a diretoria de BIPV na ABGD.



Jéssica Soares – Gerente de Marketing e Eventos da ABGD

Graduada em Comunicação Social, com especializações em gestão estratégica e políticas públicas, Jéssica coordena projetos de comunicação e qualificação no setor de energia. Organiza eventos, campanhas e programas que aproximam o público da Geração Distribuída.

Noemi Araújo – Especialista de Relações Governamentais e Institucionais da ABGD

Cientista política e mestre em Processo Legislativo, Noemi Araújo possui mais de 10 anos de experiência em relações governamentais. Atua com assessoria técnica, campanhas de advocacy e participa ativamente do Comitê Mulher da ABRIG, promovendo maior representatividade feminina no setor energético.





Thais Melo – Secretária Executiva da Diretoria e Conselho da ABGD

Profissional com sólida experiência em gestão administrativa, Thais Melo destaca-se pela organização de eventos, apoio a conselhos e processos de associações. Atua com expatriados, logística de vistos, documentação oficial e sistemas empresariais, além de demonstrar grande habilidade na comunicação institucional.

Beatriz Gomes – Analista Financeira da ABGD

Graduada em Contabilidade, Beatriz Gomes atua na gestão financeira da ABGD, com foco no suporte aos processos administrativos e na sustentabilidade econômica das ações promovidas pela associação.



Rita Guimarães - Executiva Comercial da ABGD

É engenheira eletricista com MBA em Marketing e Vendas e mais de 20 anos de experiência nos setores de Vendas, Marketing e Energia Renovável, com foco em energia solar. Atuou com vendas consultivas B2B, automação de processos, análise contratual e desenvolvimento de negócios. Com forte perfil estratégico, alia visão técnica e de mercado, contribuindo para o fortalecimento da transição energética no Brasil.

À medida que avançamos rumo a um futuro mais sustentável e inovador, é essencial reconhecer a contribuição vital das mulheres que estão à frente da transformação do setor energético. Elas não apenas ocupam posições de liderança, mas também moldam o caminho para uma Geração Distribuída mais eficiente, inclusiva e dinâmica. Cada uma delas, com suas trajetórias marcadas pela excelência técnica, estratégica e institucional, demonstra que a diversidade é um fator essencial para o progresso. A ABGD orgulha-se de ter essas mulheres como pilares de sua missão, desempenhando papéis cruciais no fortalecimento e na expansão do setor. Neste mês de celebração da força feminina, rendemos nossa homenagem a essas líderes, cuja dedicação incansável e visão de futuro são fundamentais para a construção de um Brasil mais sustentável e justo.

Quer saber mais sobre todas as mulheres que ajudam a transformar o setor da energia junto com a ABGD?

Visite nossas redes sociais e confira todo o conteúdo divulgado na íntegra.

@abgd_oficial

ABGD - Associação Brasileira de Geração Distribuída





A consolidação do mercado brasileiro de geração distribuída

O setor brasileiro de geração distribuída (GD) no Brasil deve continuar se consolidando com forte atividade de fusões e aquisições até a abertura total do mercado de energia, de acordo com especialistas locais entrevistados pela BNamericas.

Atualmente, apenas consumidores de alta tensão (A) podem migrar para o ambiente de contratação livre (ACL). No entanto, o plano do governo é abrir totalmente o mercado até o final desta década, começando com clientes industriais e comerciais de baixa tensão e, eventualmente, estendendo-se aos consumidores residenciais.

Por enquanto, a GD – caracterizada pela presença de muitas pequenas e médias empresas – serve como a principal alternativa para consumidores regulados que buscam tarifas de energia elétrica mais competitivas do que as oferecidas pelas concessionárias de distribuição.

Além de perder essa vantagem, a GD verá sua lucratividade pressionada pela partilha gradual da remuneração da rede de distribuição,

conforme previsto no marco regulatório de 2022 (Lei 13.300/22). Segundo a legislação, projetos com pedidos de conexão submetidos após janeiro de 2023 arcarão gradativamente com os custos da infraestrutura de distribuição até 2028.

Diante desse cenário, as fusões e aquisições no mercado de GD aumentaram, acelerando projetos que se apressaram para se conectar à rede enquanto isenções ou taxas mais baixas ainda estavam em vigor.

Um exemplo recente é a aquisição da RZK Energia pela Pontal Energy em janeiro, que formou a Thopen, em uma transação que excedeu R\$ 1,2 bilhão (US\$ 206 mi). Além da GD, a empresa se concentrará no mercado livre de energia.

"Principalmente depois da publicação da lei que estabeleceu o prazo para o fim de alguns subsídios, muitos projetos foram comercializados para aproveitar essa janela de oportunidade. Mas ainda há oportunidades relevantes nesse mercado – logo veremos mais operações desse tipo nos próximos anos," disse à BNamericas

André Souza, gerente de M&A da Envol Energy Consulting.

Espera-se que os desenvolvedores continuem investindo em novos projetos de GD até que o mercado abra completamente. Depois disso, a competição provavelmente se intensificará, criando um cenário mais desafiador para novos entrantes.

Comercializadoras de energia também vêm adquirindo empresas de GD para diversificar seus portfólios. Algumas dessas empresas são apoiadas por fundos de investimento, como a Dehan Capital, que está envolvida na Pontal, e a Brookfield Asset Management, dona da Elara Renováveis.

Algumas concessionárias de distribuição, como a Cemig, também entraram no mercado criando suas próprias empresas de GD. No entanto, estas concessionárias já têm receita garantida da distribuição de energia em suas áreas de concessão, o que limita os lucros diretos da venda de energia.

Para Carlos Evangelista, presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD), o aumento das fusões e aquisições é motivado principalmente pela necessidade de ganhos de escala, otimização de custos e adaptação ao novo ambiente regulatório estabelecido pela Lei 14.300.

"Empresas menores, que enfrentam desafios na captação de financiamento e na adaptação a um cenário mais competitivo, têm buscado parcerias ou venda para grupos maiores e mais estruturados", disse ele à BNamericas.

Além disso, de acordo com Evangelista, investidores institucionais e grandes players do setor elétrico começaram a ver a GD como um segmento estratégico, impulsionando ainda mais esse movimento de consolidação.

O presidente da ABGD destacou que empresas integradoras e investidores têm demonstrado interesse crescente em adquirir carteiras de clientes, ativos fotovoltaicos e plataformas de serviços profissionais. Além disso, o setor

está se profissionalizando, com empresas se estruturando para lidar com um volume maior de projetos, atrair clientes e garantir eficiência operacional.

"O crescimento da GD, mesmo com os desafios impostos pelas distribuidoras, têm atraído capital nacional e internacional, resultando em transações que fortalecem o setor" acrescentou Evangelista.

Segundo ele, a expansão de grupos de geração compartilhada sob o modelo de energia baseado em assinatura – também conhecido como GD remota – reforça essa tendência, pois a escala e a gestão eficiente se tornam fatores-chave para a competitividade.

A ABGD espera que o processo de consolidação continue e até se intensifique à medida que o país se aproxima da abertura total do mercado de energia.

"As empresas do setor de GD estão se preparando para competir em um ambiente em que todos os consumidores terão liberdade para escolher seu fornecedor de energia", comentou Evangelista.

"Empresas que hoje atuam exclusivamente na GD precisarão se adaptar para oferecer soluções completas de energia, incluindo serviços de gestão, armazenamento, serviços auxiliares e gerenciamento de carga", complementou.

QUESTÕES MACROECONÔMICAS E GERAÇÃO CENTRALIZADA

Embora a GD ainda ofereça vantagens financeiras para consumidores e incorporadores, ela enfrenta desafios, como a desvalorização do real frente ao dólar e altas taxas de juros, que afetam a capacidade de financiamento de novos projetos, dificultando a expansão para pequenos e médios investidores.

Na geração centralizada (GC), o cenário é ainda mais complexo devido aos baixos

preços de energia. A viabilidade de projetos de energia solar e eólica muitas vezes depende da autoprodução de grandes consumidores, que podem garantir descontos em suas tarifas.

Em um contexto de dólar forte e juros altos, apenas projetos operacionais ou greenfi eld com incentivos nas taxas de uso da rede de transmissão (TUST) e distribuição (TUSD) têm probabilidade de prosperar, de acordo com Souza.

O executivo destacou que as fusões e aquisições no setor seguem estáveis, com as empresas aguardando condições mais favoráveis para finalizar as transações.

"Muitas empresas que foram ao mercado estão agora segurando porque não conseguiram o valuation que achavam justo e esperam, agora, a queda dos juros, estabilização do dólar e/ou aumento do preço da energia" explicou Souza.

Com um excedente estrutural de energia – principalmente devido ao forte crescimento da capacidade instalada de geração eólica e solar no país, incluindo GD – os preços da energia permaneceram relativamente baixos, dificultando o desenvolvimento de projetos greenfi eld.

Outros desafios incluem inversão de fluxo em GD e os curtailments na GC. No entanto, Souza não acredita que isso será um problema sério de longo prazo, dada a expansão da rede de transmissão do Brasil.



Valor Econômico e CBN lançam o projeto COP30 Amazônia

Veículos líderes em seus segmentos vão produzir conteúdos especiais para destrinchar principais tópicos da agenda climática



A Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP), encontro global anual que reúne governos, cientistas, ONGs, empresas e representantes da sociedade civil, será realizada pela primeira vez no Brasil. É o maior e mais importante evento mundial que discute ações relacionadas ao clima do planeta, essencial, portanto, para enfrentar a crise atual que a humanidade enfrenta.

A conferência, que está na sua trigésima edição (COP30), será realizada de 10 a 21 de novembro, em Belém. Para o Brasil, sediar o evento representa uma oportunidade histórica para reafirmar seu papel de liderança nas negociações sobre mudanças climáticas e sustentabilidade.

Para contribuir para a discussão e realizar a cobertura da COP30, bem como de eventos paralelos que acontecerão ao longo do ano, os jornais O GLOBO e Valor Econômico e a rede de rádio CBN, líderes em seus segmentos, lançam hoje o projeto COP30 Amazônia.

As três marcas vão produzir conteúdos especiais, com reportagens e entrevistas, para destrinchar os principais tópicos da agenda climática, traduzindo o jargão diplomático das negociações e conectando os assuntos ao cotidiano de leitores e ouvintes. — A

COP30 não é importante apenas para o Brasil, suas discussões e possíveis resoluções terão um impacto no futuro do mundo. São pautas que passam tanto pelas inundações no Rio Grande do Sul no ano passado quanto pelos incêndios na Califórnia neste ano — afirma Alan Gripp, diretor de Redação do GLOBO. — É, portanto, nosso papel fazer a melhor cobertura possível da Conferência e oferecer, a partir de reportagens, temas e ideias para ajudar no debate público.

Muitas resoluções aguardadas para a COP29, realizada no ano passado em Baku, no Azerbaijão, não evoluíram conforme as expectativas. Por isso, temáticas como a redução de emissões de gases de efeito estufa, adaptação às mudanças climáticas, financiamento para países em desenvolvimento, mercado de carbono e os impactos sociais da mudança do clima continuam na agenda e serão foco de reportagens.

— A COP30 é um evento extremamente complexo, profundo e relevante. Exatamente por isso, não pode ser tratada como um único evento. Então, nós juntamos esforços para fazer uma grande cobertura desde já. A intenção do Valor, do GLOBO e da CBN é apresentar todo o desafio das mudanças climáticas com o mosaico mais variado possível de fontes, de estudos e de visões, para ajudar nosso público a

chegar ao momento da COP30 muito bem preparado para acompanhar as discussões — diz a diretora da Redação do Valor, Maria Fernanda Delmas.

O projeto COP30 Amazônia contempla publicações de matérias semanais e a realização de cinco eventos, sendo o primeiro em Belém, no próximo dia 3 de abril, que vai abordar as expectativas e os desafios da trigésima Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para o Brasil e o mundo.

— A COP30 terá enormes implicações para o Brasil e para o mundo, para o presente e para o futuro. O objetivo da cobertura da CBN, do GLOBO e do Valor, de maneira conjunta, é mostrar toda essa importância. Daqui até a sua realização, no final do ano, a ideia é que a gente traga matérias, análises, opiniões, dados, tudo o que ajude o nosso leitor e o nosso ouvinte a entender a se relacionar com esse conteúdo da melhor maneira possível, para tomar decisões e também para pensar sobre o futuro do nosso planeta e do nosso país — diz Pedro Dias Leite, diretor nacional de jornalismo da CBN.

Após cada evento, serão publicados suplementos especiais. Haverá ainda um especial dedicado à cobertura da COP30. O projeto tem parceria institucional de ICS e Cebri e patrocínio de JBS e Vale.





A energia como ponte para o futuro: a transição energética na Amazônia é o maior desafio ESG do Brasil



Zilda Costa
27/03/2025

O futuro da transição energética na Amazônia é um futuro de parcerias, de escuta ativa das comunidades e de uso estratégico da tecnologia. A floresta em pé pode – e deve – ser também uma fonte de energia limpa e de prosperidade para o Brasil. O ESG não pode ser apenas um discurso: ele precisa iluminar caminhos, literalmente.

Transição energética é muito mais do que substituir fontes fósseis por renováveis. Na Amazônia, trata-se de um processo profundamente social, estratégico e desafiador. Afinal, estamos falando de milhões de pessoas que ainda vivem em comunidades isoladas, onde a única energia disponível vem de geradores movidos a óleo diesel – 24 horas por dia, com alto custo ambiental, econômico e humano.

Hoje, cerca de 2,5 milhões de pessoas na Amazônia Legal dependem de sistemas isolados a diesel. E ainda existem 1 milhão de pessoas sem qualquer acesso à energia elétrica. Este é um dos maiores paradoxos energéticos do país: uma região que exporta energia limpa gerada por suas hidrelétricas permanece em larga medida às escuras.



Essa realidade exige uma transição energética que seja planejada, justa e eficaz. E isso começa com o reconhecimento de que não se trata de uma “virada de chave”. Existem contratos vigentes, investimentos realizados e infraestruturas operando. O respeito ao patrimônio construído nos últimos 30 anos é fundamental – mas isso não significa que o modelo atual deva continuar.

Os próximos leilões de energia para a Amazônia não podem mais ser baseados em termoelétricas. Precisam priorizar fontes renováveis, combinadas com sistemas de armazenamento, para garantir uma energia firme, confiável e compatível com os novos desafios tecnológicos e climáticos.

Na prática, as soluções mais promissoras são microrredes solares com baterias, aplicadas localmente, com envolvimento comunitário e apoio de organizações sérias que conhecem o território. É isso que temos feito em comunidades como Santa Helena do Inglês, Tumbira e Bauana, onde a chegada da energia tem impulsionado o turismo, a pesca sustentável e o beneficiamento de produtos como o óleo de andiroba, vendido à Natura. O apoio decisivo dessa mudança é o suporte oferecido pela Fundação Amazonas Sustentável.

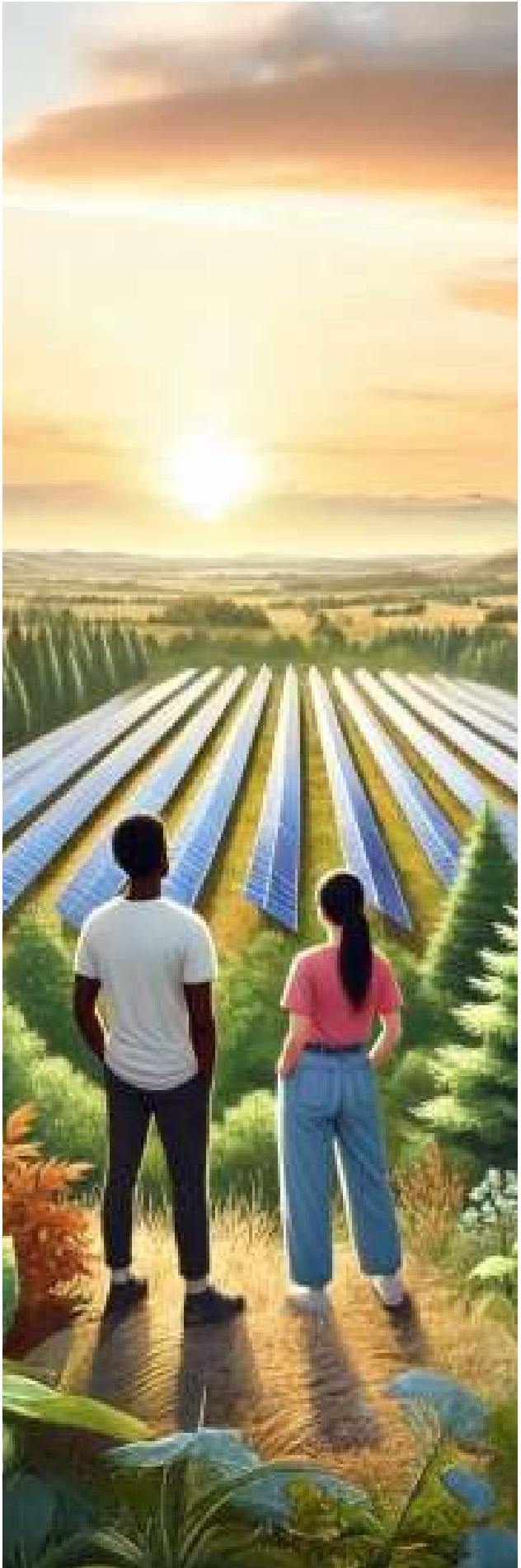
Energia é habilitadora. O UCB Power não tem qualquer relação comercial com a Natura, mas a comunidade, com acesso à energia solar, limpa e renovável, passou a beneficiar óleos vegetais, o óleo essencial para a empresa de cosméticos gerar seus negócios e dar amparo à adoção da agenda ESG.

Sem energia, não há desenvolvimento econômico, nem acesso à saúde, educação ou inclusão digital. Por isso, a transição energética não pode deixar ninguém para trás. Ela precisa ser socialmente justa, com políticas públicas mais ágeis, com mecanismos de financiamento claros e com incentivo à industrialização verde no Brasil.

A inovação tecnológica também exige atenção. A Zona Franca de Manaus vive um processo de modernização com tecnologias cada vez mais eletrointensivas – inteligência artificial, internet das coisas, robótica, impressão 3D, entre outras. Tudo isso exige energia constante, limpa e em volume crescente. Sem isso, nossas indústrias não conseguirão competir no novo cenário global do ESG.

Outro ponto que precisa ser debatido com seriedade é o hidrogênio verde. O Brasil tem potencial para se tornar um líder global nessa área, mas exportar energia limpa sem agregar valor pode repetir o erro histórico da exportação de matérias-primas. Precisamos produzir e utilizar o hidrogênio verde aqui, atraindo indústrias que operem com essa matriz renovável e gerem empregos no país.

O futuro da transição energética na Amazônia é um futuro de parcerias, de escuta ativa das comunidades e de uso estratégico da tecnologia. A floresta em pé pode – e deve – ser também uma fonte de energia limpa e de prosperidade para o Brasil. O ESG não pode ser apenas um discurso: ele precisa iluminar caminhos, literalmente.



Excesso de geração faz distribuidoras autorizarem energia solar só à noite

Empresas dizem que rede não suporta aumento crescente de produção; donos de placas ironizam regra que gera ‘energia lunar’



Um vídeo do engenheiro elétrico Pablo Rodrigues circulou em grupos de WhatsApp e perfis de redes sociais nas últimas semanas. Nele, o profissional acusa a Cemig de autorizar a injeção de energia solar na rede elétrica em algumas cidades apenas das 19h às 5h – quando não tem sol.

“É lunar, não é solar mais não; tem que mudar o nome agora”, ironiza no vídeo. A publicação, compartilhada também por políticos, ganhou tanta repercussão que a empresa precisou gravar um vídeo se explicando.

Se a injeção for autorizada apenas à noite, a única forma de o dono das placas solares conseguir colocá-la na rede seria instalar baterias. Nesse formato, a energia seria estocada durante o dia, quando a luz solar está forte, e usada durante a noite — ou exportada, transformando-se na “energia lunar” autorizada pelas distribuidoras. Mas baterias têm custo e nem sempre estão acessíveis aos geradores de energia solar.

O episódio que virou tema do vídeo faz parte de

uma disputa entre distribuidoras de energia elétrica e donos de painéis solares sobre a injeção na rede da energia gerada ao longo do dia. Situações semelhantes, segundo a ABGD (Associação Brasileira de Geração Distribuída), também acontecem em estados cobertos por Energisa, Equatorial e CPFL.

Em tese, quem tem placas solares em casa e não consome simultaneamente toda a energia gerada pode injetar a eletricidade no sistema elétrico e estocar créditos para serem usados depois, como de noite. Nesse caso, os donos dos painéis pagam ao final do mês apenas pela energia consumida a mais do que a gerada. Para isso, porém, é necessário uma autorização das distribuidoras.

Mas as empresas se queixam que o aumento de geração distribuída — como é chamado esse modelo de geração de energia — cresceu tanto nos últimos anos que a rede elétrica já não consegue mais suportar a injeção. Isso porque os períodos em que a luz solar é mais forte são também quando há menos pessoas em casa, o que faz com que a energia gerada seja superior ao consumo, desestabilizando a rede.

Assim, algumas distribuidoras têm recusado alguns pedidos de quem quer ser gerador, alegando falta de viabilidade dos projetos. Elas dizem que a geração acima do consumo causa um efeito inverso no fluxo do sistema elétrico, deslocando energia do consumidor para as linhas de transmissão, o que afeta a integridade dos aparelhos. Os geradores, por outro lado, dizem que isso acontece apenas em 5% dos casos.

Para amenizar a discussão, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) estabeleceu no ano passado alguns casos em que as distribuidoras não podem recusar a instalação. A regra foi apelidada de “fast track”, e vale só para as novas unidades.

A norma, porém, não resolveu o conflito, já que o órgão limitou o benefício apenas àquelas unidades que geram energia para si própria e com potência instalada de no máximo 7,5 KW (kilowatts) –cerca de 16 placas solares.

Ficaram de fora, por exemplo, empresas que têm placas solares longe de suas instalações ou pessoas com placas solares em casa, mas que desejam compartilhar seus créditos com parentes e vizinhos. Também ficaram de fora as companhias especializadas em gerir fazendas solares e enquadrar clientes– até aqueles que moram em apartamentos no sistema de geração distribuída (GD), repassando a eles subsídios públicos voltados para a modalidade (pagos pelos demais consumidores de energia elétrica).

São os casos da lista acima que as distribuidoras dizem mais afetar a rede elétrica, já que a energia é gerada longe da unidade (às vezes a centenas de quilômetros), inclusive em locais pouco habitados e despreparados para escoar aquela quantidade de eletricidade.

Segundo a Aneel, há hoje no Brasil 3,3 milhões de unidades de geração distribuída. Os modelos deixados de fora pela agência representam 18% delas e um quarto da potência instalada em todas as GDs (duas Itaipus e meia). A limitação, porém, impactará apenas os novos projetos.

“Eles estão usando um benefício que está caindo nas costas dos consumidores”, diz Marcos Madureira, presidente da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica). “Há projetos dando 35% de taxa interna de retorno, o que não

existe em nenhum negócio do setor elétrico, onde taxas muito boas são de 15%. E isso acontece porque não se paga pelo uso do setor elétrico.”

Segundo ele, as distribuidoras têm aprovado a grande maioria dos pedidos de instalações. “Se o gerador instalar e usar na residência dele, não haverá nenhuma restrição. Em MG, por exemplo, mais de 80% dos casos são liberados automaticamente, porque eles se enquadram nas normas”, afirma.

A Aneel recebeu no ano passado 11,4 mil reclamações envolvendo geração distribuída, incluindo as negações de instalação, o que representaria apenas 1,5% do total de novas conexões. Mas Carlos Evangelista, presidente da ABGD, diz que o número é bem maior, já que grande parte das reclamações estão nas ouvidorias das distribuidoras. “O pessoal começou a reclamar, porque a distribuidora não mostra o estudo e começa a dar opções que são inexequíveis, como a injeção noturna.”

Tanto Evangelista quanto Pablo Rodrigues, que tem uma empresa instaladora de painéis solares e oito fazendas solares em Minas Gerais, dizem que poucos consumidores têm condições de instalar baterias em suas residências.

“Hoje, a Cemig só aprova quando a gente coloca o projeto na modalidade fast track, mas 7,5 KW é uma conta de R\$ 800; ou seja, se a residência tiver um consumo acima disso não pode, assim como miniestabelecimentos, como açougues, padarias e supermercados”, diz Rodrigues à Folha. Procurada, a Cemig disse que faz, após o pedido de conexão, uma análise sobre

se a rede local comporta a ligação de um novo ponto de geração. “Nos casos em que a rede não suportar, há risco de inversão de fluxo, que é uma geração maior do que o consumo demandado”, diz. “Nessas situações, o solicitante pode armazenar a energia gerada e utilizar no período noturno. Isso posto, não existe geração de energia lunar.”

Já a CPFL disse que segue as normas regulatórias para garantir a segurança de operação dos usuários e oferece em seu site todas as informações necessárias para facilitar a regularização de projetos. A Equatorial também disse seguir as diretrizes da Aneel e que suas medidas visam garantir a estabilidade e a segurança do sistema elétrico. A Energisa disse que se pronunciaria via Abradee.

Diego Andrade é eleito presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados



A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados tem um novo presidente. Em votação unânime, o deputado federal Diego Andrade (PSD-MG) foi eleito para liderar o colegiado, assumindo o posto anteriormente ocupado por Júnior Ferrari (PSD-PA). A eleição marca um novo capítulo nas discussões sobre o futuro do setor energético brasileiro.

Atribuições da Comissão

Criada em 1963, a Comissão de Minas e Energia exerce papel fundamental na análise de propostas legislativas voltadas à formulação de políticas públicas relacionadas aos setores mineral e energético. Entre suas competências, destacam-se o debate e a votação de projetos que tratam da exploração de recursos minerais e energéticos, da regulamentação do setor, de fontes convencionais e alternativas de energia, além da comercialização e distribuição de recursos energéticos no país.

Compromissos do novo presidente

Em seu discurso de posse, Diego Andrade destacou a importância da continuidade de obras estruturantes e do fortalecimento do diálogo com diferentes entidades e órgãos do setor. O deputado também ressaltou a necessidade de avançar na regulamentação de tecnologias estratégicas para a modernização do setor, como o uso de baterias em apoio à geração solar fotovoltaica.

"Vamos ouvir os colegas e trabalhar junto ao Ministério de Minas e Energia, além da Frente Parlamentar de Minas e Energia, para construir projetos que efetivamente modernizem os setores e tragam benefícios para o Brasil. Precisamos de agilidade e atenção às novidades tecnológicas. Recentemente, acompanhei de perto a questão das baterias e a importância das fotovoltaicas. Não podemos estar atrasados nisso", afirmou o parlamentar.

A ABGD acompanha de perto as movimentações no Legislativo e reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a inovação e a democratização do acesso à energia limpa.

A Derrubada do VETO 03/2025 à Lei das Eólicas Offshore e sua contribuição para a geração de energia limpa



Muito se tem falado no ambiente do setor elétrico, entre parlamentares e na imprensa a respeito dos Vetos à Lei nº 15.097/2025 (VET 03/2025), que disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore, oriunda do PL nº 576/2021.

Têm nos causado surpresa, em muitas das manifestações, a inconsistência das informações veiculadas tendo em vista que, no que tange ao artigo 23 da Lei - vetado-, no entendimento de parte considerável de especialistas do setor elétrico e da sustentabilidade, o dispositivo traz contribuições para a geração de energia limpa, indo ao encontro dos objetivos do marco regulatório em questão.

O artigo 23 tem importância estratégica para o setor elétrico brasileiro e traz impactos positivos em várias dimensões, à medida em que propõe a extensão do prazo para conexão de usinas solares de micro e minigeração distribuída (MMGD)

de 12 para 24 meses a partir da assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD). Esta medida somente aperfeiçoa o marco normativo para corrigir um prazo que na prática é inexequível, se considerarmos o complexo ambiente regulatório no Brasil. Ademais, beneficia diretamente a transição energética do país, conforme apresentado a seguir:

1

Segurança jurídica e confiança dos investidores: A alteração da contagem de prazo para conexão da usina a partir da assinatura do CUSD promove maior segurança jurídica, permitindo aos empreendedores uma previsibilidade essencial para a conclusão dos projetos. Isto reforça a confiança dos investidores, especialmente em um mercado que já enfrenta desafios significativos de infraestrutura e burocracia.

2

Inexistência de novos custos: A ampliação do prazo não gera custos adicionais para os consumidores ou para as políticas públicas de incentivo à geração distribuída. O texto não abre espaço para novos projetos sob as mesmas regras, mas apenas possibilita que os empreendimentos existentes com CUSD assinado tenham tempo suficiente para superar os atrasos causados por terceiros.

3

Preservação de investimentos e geração de empregos: a manutenção do voto ao artigo pode levar à perda de 7,2 GW em projetos já aprovados, comprometendo R\$30 bilhões bilhões em investimentos e milhares de empregos. A garantia deste prazo adicional assegura que tais recursos permaneçam no Brasil, incentivando o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade.

Justificativas vão além do caráter de incentivo

A implementação de projetos de MMGD enfrenta entraves que estão além do controle dos empreendedores, muitas vezes desconhecidos pela imprensa e parlamentares, por isso a necessidade de se estender o prazo para conexão dos projetos em andamento:

- As distribuidoras de energia ainda estão se adaptando à MMGD: Como se trata de uma modalidade de geração recente, as distribuidoras ainda estão adaptando seus sistemas e procedimentos para este atendimento, motivo pelo qual os prazos regulados para emissão de documentos e vistorias acabam sendo descumpridos, causando atrasos que podem comprometer a viabilidade dos projetos.

Demoras nos órgãos ambientais:

- O licenciamento ambiental muitas vezes se estende além do previsto, prejudicando o cronograma dos empreendimentos.

- Falta de infraestrutura e coordenação: A dificuldade de viabilizar investimentos por parte das distribuidoras de energia e a complexidade de processos burocráticos também contribuem para a lentidão na conclusão dos projetos.

- Ausência de diligenciamento da ANEEL: o órgão regulador não arbitra sobre os pleitos onde atrasos que são caso fortuito ou de força maior antes do faturamento das usinas. Ou seja, o empreendedor deve conviver com o prejuízo e incerteza até a distribuidora de energia faturar incorretamente sua geração. Ocasão que, a princípio, é o fato gerador para a Agência iniciar uma avaliação.



Redução da judicialização e benefícios sociais

A derrubada do VETO 03/2025 para o restabelecimento do artigo 23 tem o potencial de reduzir a judicialização no setor elétrico, uma vez que corrige um desequilíbrio normativo que resultará em inúmeros litígios.

Ademais, ao permitir que projetos sejam concluídos, o artigo assegura a execução de benefícios previstos em lei e diretos para "prossumidores" (consumidores convencionais que produzem a própria energia), pequenos produtores rurais e empreendedores locais, além de fomentar a diversificação da matriz energética brasileira com energia limpa e renovável.

Geração perto da carga – Uma justificativa adicional é que a geração por MMGD se dá próxima aos consumidores, apresentando benefícios para o sistema elétrico como (i) redução das perdas técnicas na distribuição, (ii) postergação ou até eliminação de investimentos nas redes de distribuição e transmissão e (iii) minimização dos efeitos das mudanças climáticas que ameaçam as infraestruturas de transporte de energia

Redução da judicialização e benefícios sociais

O artigo 23 é uma medida que promove justiça regulatória, preserva investimentos já realizados e incentiva o avanço da Geração Distribuída no Brasil. Seu voto comprometeria não apenas o desenvolvimento do setor, mas também a transição para uma matriz energética mais limpa e inclusiva.

Nesse contexto, é importante que o Legislativo, na sessão conjunta do Congresso Nacional, garanta a derrubada do Veto 03/2025 ao artigo 23, restabelecendo o texto aprovado pelo Parlamento e reafirmando o compromisso do Brasil com a sustentabilidade, a segurança energética e a promoção de uma economia de baixo carbono.



Carlos Evangelista

Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída - ABGD

Geração Distribuída: Incentivo Justo, Benefício Coletivo

Nas últimas semanas, foi publicado um artigo que critica as regras da geração distribuída (GD), apontando supostos "subsídios cruzados" e impactos negativos para consumidores que ainda não aderiram à tecnologia. Embora o debate sobre os modelos tarifários seja saudável e necessário, é fundamental evitar simplificações equivocadas que distorcem a realidade e colocam em risco avanços estruturais do setor elétrico brasileiro.

A GD, hoje majoritariamente solar fotovoltaica, representa uma das mais bem-sucedidas políticas públicas de estímulo à energia limpa no Brasil. Desde sua regulamentação inicial em 2012, o modelo cresceu exponencialmente, atraiu bilhões em investimentos privados e democratizou o acesso à geração própria de energia, alcançando hoje mais de 3,3 milhões de unidades consumidoras — entre residências, comércios, indústrias e produtores rurais.

Não há subsídio, o que existe é incentivo com prazo definido, portanto, incorreto afirmar que a GD opera com subsídios cruzados permanentes. A legislação em vigor, por meio da Lei nº 14.300/2022, estabeleceu um marco legal claro, fruto de ampla negociação entre todos os agentes do setor — inclusive as distribuidoras. Essa lei definiu um período de transição para a regra atual de compensação, com prazo determinado para sua aplicação. Trata-se, portanto, de incentivo regulatório temporário e transparente, não de subsídio disfarçado. Esse incentivo tem caráter semelhante àquele utilizado para desenvolver outras fontes renováveis, como a eólica e a biomassa, e segue o princípio da previsibilidade jurídica, fundamental para assegurar investimentos de longo prazo em infraestrutura energética.

Ao contrário do que afirmam os críticos, a GD reduz o custo estrutural do sistema elétrico.

Produzir energia no ponto de consumo evita perdas com transmissão e distribuição, desafoga as redes em horários de maior insolação e adianta investimentos em infraestrutura, como subestações e reforços de rede. Estudo da ANEEL e simulações da EPE confirmam que essas externalidades positivas contribuem para a modicidade tarifária de todos os consumidores. Além disso, a GD reduz o acionamento de usinas térmicas caras, com alto custo operacional e impactos ambientais, contribuindo diretamente para a descarbonização da matriz elétrica nacional.





O argumento de que consumidores sem GD “doam” recursos para os que têm placas solares é falacioso. O consumidor com GD paga pela disponibilidade da rede, pelos encargos e pelos tributos incidentes sobre a energia que consome da distribuidora. Além disso, sua geração própria injeta energia limpa na rede nos momentos de maior demanda, reduzindo a pressão sistêmica. A alegação de que ele deveria ser remunerado conforme preços horários ignora que a baixa tensão não opera sob as mesmas regras do mercado livre, e que a complexidade regulatória e tecnológica inviabiliza esse tipo de precificação nesse segmento. Vale lembrar que, mesmo com GD, o consumidor continua sendo um usuário da rede e, em muitos casos, arca com parte dos custos do investimento inicial sem qualquer subsídio direto do poder público.

A transição para uma estrutura tarifária mais refinada já está em curso. A própria Lei 14.300 criou mecanismos de compensação, como a cobrança da TUSD Fio B, que será ampliada nos próximos anos. O sistema está se ajustando com equilíbrio, respeitando contratos,

evitando rupturas regulatórias e assegurando previsibilidade ao investidor e ao consumidor.

Alarmar o setor com a ideia de que a GD causará um “colapso” tarifário é não apenas injusto, mas contraproducente. O Brasil precisa diversificar sua matriz, modernizar sua rede, integrar fontes renováveis, aumentar a segurança energética e promover justiça tarifária com inovação — não com retrocesso.

A GD é parte da solução, não do problema. É a porta de entrada para o consumidor participar ativamente do setor elétrico, descentralizar a produção, estimular a eficiência energética e gerar empregos locais com capital privado.

Carlos Evangelista

Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída - ABGD



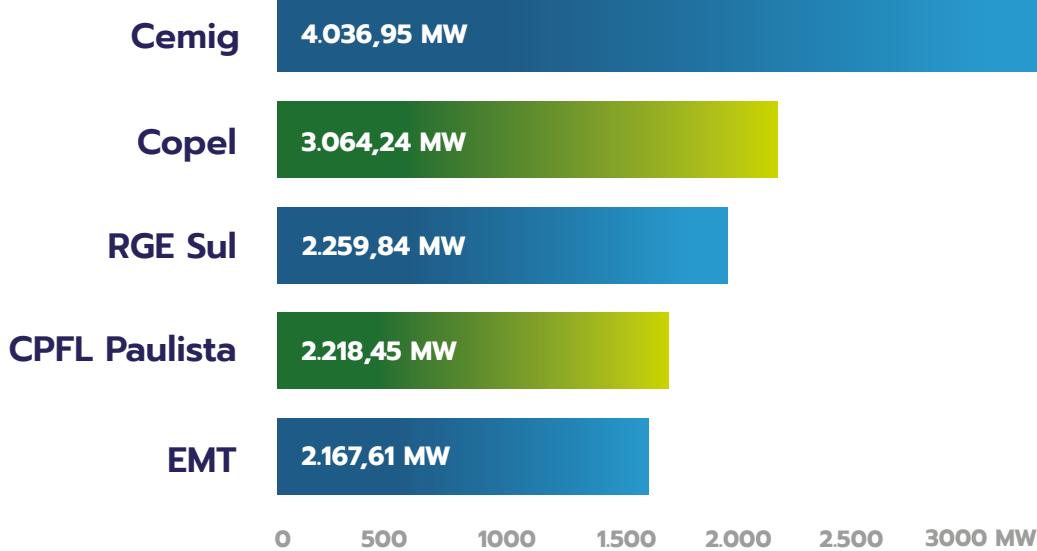
CENÁRIOS

MARÇO 2025



TOP 5 POTÊNCIA ACUMULADA GD EM MW

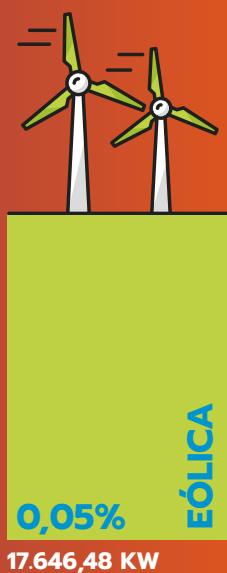
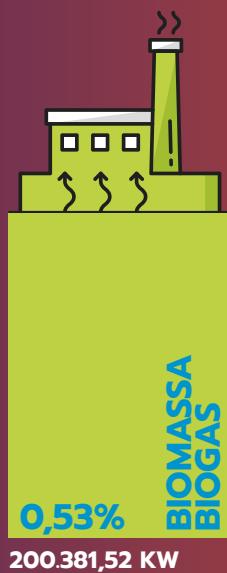
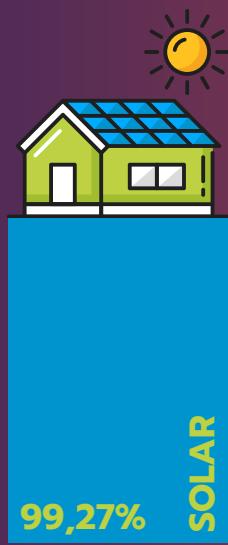
por potência instalada (MW)



CLIQUE AQUI
E CONFIRA
A LISTA DE
TODAS AS
DISTRIBUIDORAS

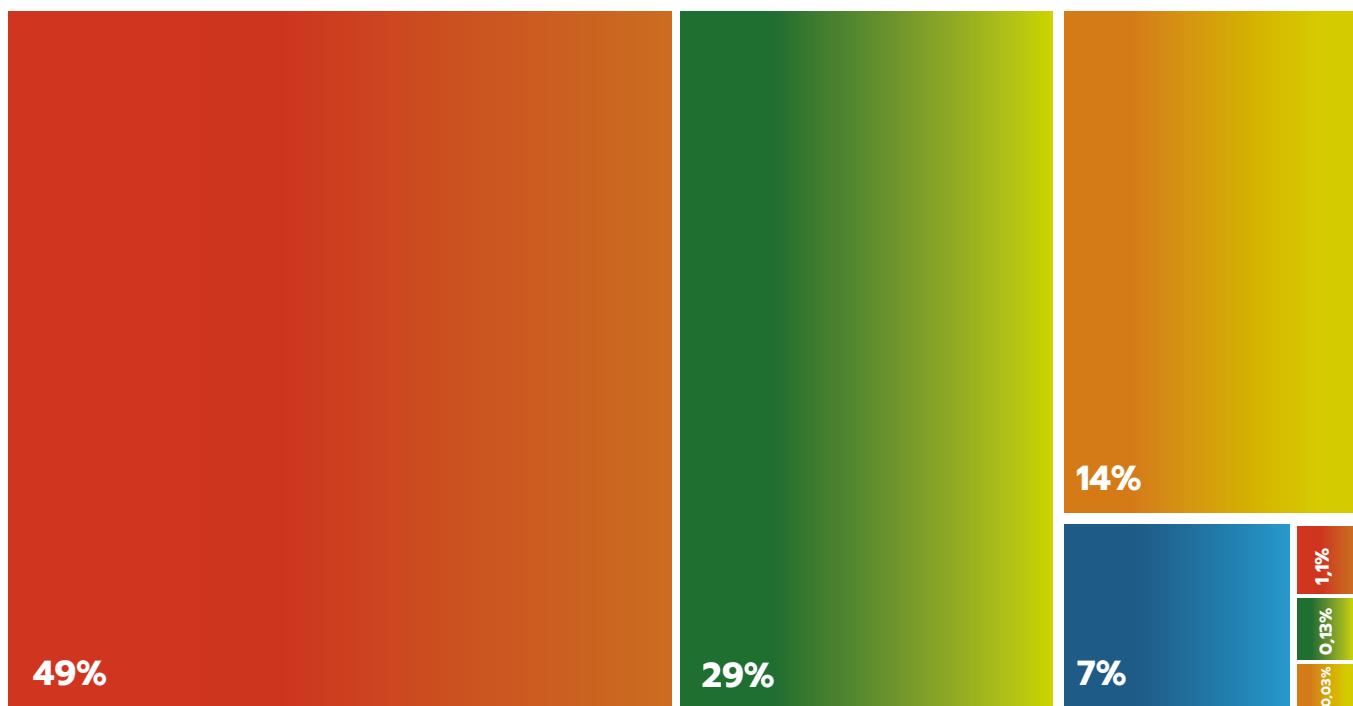
POTÊNCIA INSTALADA

KW por fonte e % por fonte



POTÊNCIA INSTALADA POR CLASSE

KW por classe e % por classe



Residencial

18.338.556,83 KW
49%

Rural

5.134.878,89 KW
14%

Poder Público

420.888,64 KW
1,11%

Iluminação Pública

9.059,47 KW
0,03%

Comercial

10.709.581,52 KW
29%

Industrial

2.699.077,43 KW
7%

Serviço Público

47.132,19 KW
0,13%

MAPA DA GD

Número de conexões e potência instalada em cada estado brasileiro

SUDESTE

ESTADO	QUANTIDADE	POTÊNCIA INSTALADA (KW)
SP	560.792	5.459.218,58
MG	350.186	4.717.141,02
RJ	149.864	1.449.332,60
ES	75.885	1.013.922,42

NORDESTE

ESTADO	QUANTIDADE	POTÊNCIA INSTALADA (KW)
BA	195.464	1.656.390,06
PE	116.937	1.208.482,76
CE	112.314	1.301.693,90
RN	92.280	842.465,13
PI	72.673	711.428,76
MA	70.183	822.263,67
AL	43.427	506.822,50
PB	38.932	479.401,32
SE	18.344	224.849,90



CENTRO-OESTE

ESTADO	QUANTIDADE	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
MT	183.711	2.490.530,22
GO	150.521	2.006.134,25
MS	138.883	1.562.492,80
DF	26.710	507.827,29

NORTE

ESTADO	QUANTIDADE	POTÊNCIA INSTALADA (MW)
RS	366.606	3.398.612,06
PR	351.680	3.336.762,79
SC	113.181	1.475.376,06

POTÊNCIA INSTALADA POR MODALIDADE

KW por modalidade e % por modalidade



Geração na própria UC

28.136.700,79 KW
73,88%

Autoconsumo Remoto

8.359.008,05 KW
21,98%

Geração Compartilhada

1.549.518,50 KW
4,08%

Múltiplas UC

17.259,66 KW
0,05%

Modalidade

não informada

5.588,89 KW
0,01%

VOCÊ CONHECE AS VANTAGENS DA GD?



Para o MEIO AMBIENTE

- Interfere pouco no ecossistema, causando menos impactos ambientais.
- Garante melhor aproveitamento dos recursos disponíveis localmente.
- Contribui para reduzir a emissão de gases que causam o efeito estufa (aquecimento global).



Para a SOCIEDADE

- Gera milhares de empregos qualificados em todo o país.
- Dinamiza a economia regional e atrai investimentos.
- Possibilita a inclusão social de famílias com baixa renda.



Para o SISTEMA ELÉTRICO

- Reduz perdas nas linhas de transmissão e distribuição.
- Aumenta a estabilidade no nível de tensão da rede durante o horário de pico.
- Diversifica a matriz energética, com inserção de mais fontes renováveis.



ABGD | Associação Brasileira de Geração Distribuída

Avenida Chucri Zaidan, 1550 - 5º andar - cj. 518
Vila Cordeiro - São Paulo, SP - CEP: 04711-130

Dados fechados no dia
06 DE MARÇO DE 2025

(11) 3796-3767

abgd@abgd.com.br

Acompanhe-nos! abgdbrasil abgd_oficial abgd abgd.com.br



abgd.com.br

abgd_oficial

abgdbrasil

abgdooficial

abgd

